

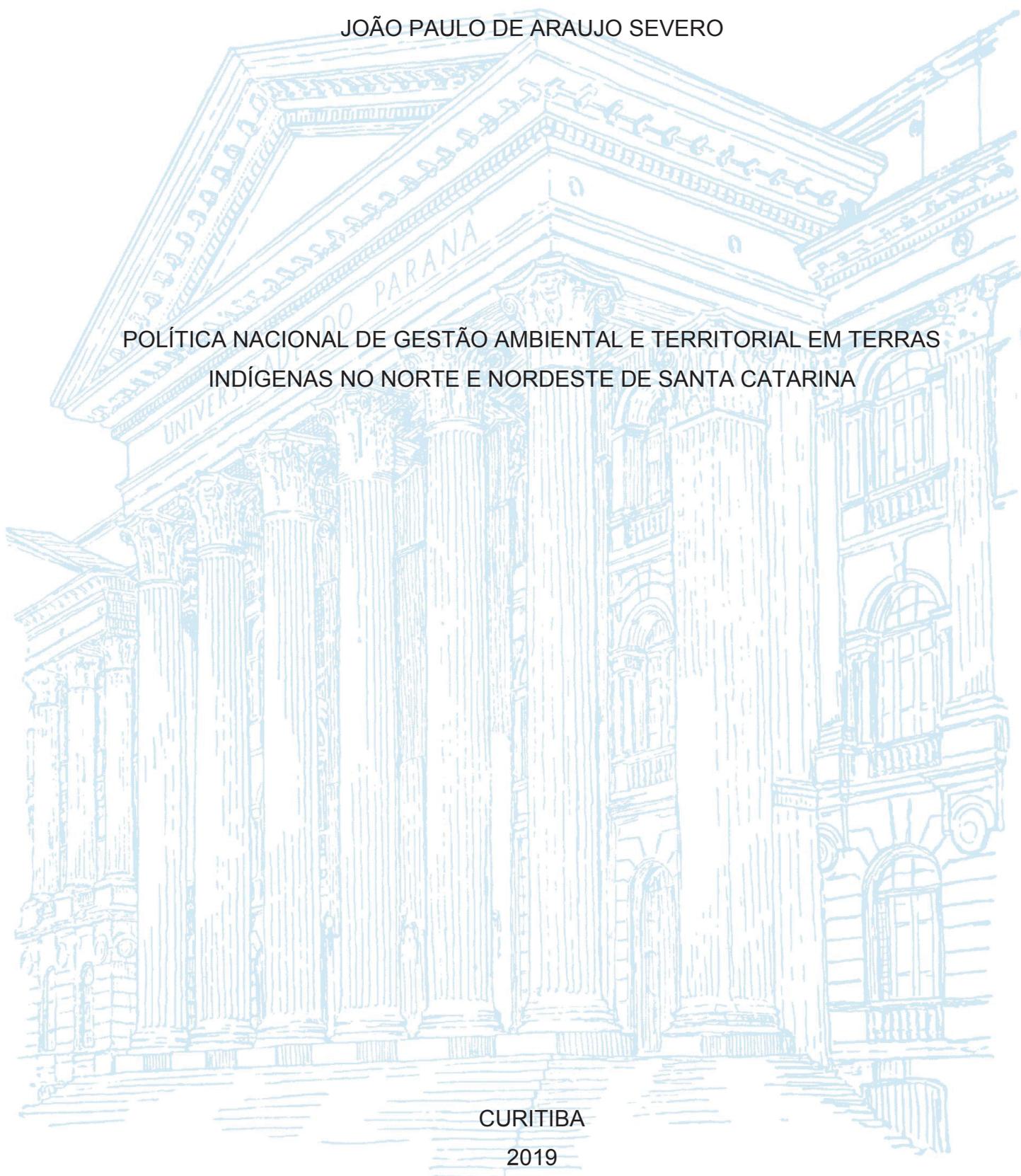
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOÃO PAULO DE ARAUJO SEVERO

POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL EM TERRAS  
INDÍGENAS NO NORTE E NORDESTE DE SANTA CATARINA

CURITIBA

2019



JOÃO PAULO DE ARAUJO SEVERO

POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL EM TERRAS  
INDÍGENAS NO NORTE/NORDESTE DE SANTA CATARINA

Relatório Técnico Científico apresentado ao curso de Pós-Graduação MBA em Gestão Ambiental, Setor de Ciências Agrárias e Ambientais, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre França Tetto

Coorientador: Prof. Msc. Luís Filipe Trois Bueno e Silva

CURITIBA

2019

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

JOÃO PAULO DE ARAUJO SEVERO

POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL EM TERRAS  
INDÍGENAS NO NORTE E NORDESTE DE SANTA CATARINA

Relatório Técnico Científico apresentado ao curso de Pós-Graduação MBA em Gestão Ambiental, Programa de Educação Continuada, Setor de Ciências Agrárias e Ambientais, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Ambiental.

Curitiba, 14 de dezembro de 2019.

Dedico este trabalho aos M'bya e ao seu Nhandereko (jeito de ser).

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meu orientadores pela dedicação e zelo ao me auxiliar a enfrentar este desafio de fazer um trabalho acadêmico.

Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista. Do nosso divórcio das integrações e interações com a nossa mãe, a terra, resulta que ela está nos deixando órfãos, não só aos que em diferente graduação são chamados de índios, indígenas ou povos indígenas, mas todos.

( KRENAK, A. 2019, p.49 )

## RESUMO

Santa Catarina possui 29,14% de sua área recoberta por florestas, sendo que 0,9% área está situada em terras indígenas (TIs). Essas áreas contribuem em vários aspectos, como por exemplo no equilíbrio microclimático, na qualidade do ar, na conservação da água, na manutenção da biodiversidade da flora, da fauna e na sobrevivência dos povos indígenas. Por isso, instrumentos que estimulem a manutenção e conservação dessas áreas são de extrema importância. O objetivo do trabalho foi analisar e verificar a efetividade dos planos de gestão ambiental e territorial (PGTAs) à luz da política nacional de gestão ambiental e territorial em terras indígenas (PNGATI), nas terras indígenas M'bya Guarani localizadas no norte/nordeste do estado de Santa Catarina. Para isso, a metodologia para o desenvolvimento das atividades foi composta por inventários participativos, oficinas, palestras, trabalho de campo, construção conjunta de documentos (mapas, relatórios e registros visuais) e atividades de intervenção em implementação de projetos pontuais (na linha metodológica de pesquisa-ação). Diante dessas considerações, o escopo teórico metodológico articulou a teoria antropológica com aquelas das ciências ambientais, situando a cosmologia M'bya guarani no ecossistema da região litoral norte de Santa Catarina. Para tal análise foram utilizados dados coletados em campo e no banco de dados da FUNAI. Concluindo-se a análise e verificação dos PGTAs, registrou-se efetividade parcial, pois a eficácia e qualidade de gestão sofre influência de variáveis externas às TIs e depende da atuação de instituições do Estado.

Palavras-chave: Biodiversidade 1. Etnomapeamento 2. M'bya guarani 3. FUNAI 4. Santa Catarina.

## ABSTRACT

Santa Catarina has 29.14% covered by forests, and 0.9% of this area is located on indigenous lands (TIs). These areas contribute in many ways, such as the micro-climatic balance, air quality, water conservation, maintenance of biodiversity of flora, fauna and survival of indigenous peoples. Therefore, instruments that encourage the maintenance and conservation of these areas are of utmost importance. The objective of this work was to analyze and verify the effectiveness of environmental and territorial management plans (PGTAs) in light of the national policy of environmental and territorial management in indigenous lands (PNGATI), in the M'bya Guarani indigenous lands located in the north / northeast of Santa Catarina state. For this, the methodology for the development of the activities was composed of participatory inventories, workshops, lectures, fieldwork, joint construction of documents (maps, reports and visual records) and intervention activities in the implementation of specific projects (in the methodological line of research). -action). Given these considerations, the methodological theoretical scope articulated the anthropological theory with those of the environmental sciences, placing M'bya guarani cosmology in the ecosystem of the northern coastal region of Santa Catarina. For such analysis we used data collected in the field and in FUNAI's database. Concluding the analysis and verification of PGTAs, partial effectiveness was registered because the effectiveness and quality of management is influenced by variables external to the IT and depends on the performance of state institutions.

Keywords: Biodiversity 1. Ethnomapping 2. M'bya guarani 3. FUNAI 4. Santa Catarina.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO INDÍGENA .....	20
FIGURA 2 –	MAPA COM LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS .....	29

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – TERRAS INDÍGENAS E FASES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. 19

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ASPI	-	Associação dos proprietários e interessados em imóveis de Araquari
CGGEO	-	Coordenação geral de geoprocessamento
CGY	-	Comissão Guarani Yvyrupa
CMR	-	Centro de monitoramento remoto
CTI	-	Centro de Trabalhos Indigenistas
CTL	-	Coordenação Técnica Local
DEPIMA	-	Departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente
DPF	-	Departamento de Polícia Federal
EIA	-	Estudos de impactos ambientais
FUNAI	-	Fundação Nacional do Índio
GPS	-	<i>Global Position Systems</i>
GT	-	Grupo Técnico
IBAMA	-	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IPHAN	-	Instituto do Patrimônio Histórico Cultural
MEC	-	Ministério da Educação e Cultura
NEI	-	Núcleos de Educação Indígena
OIT	-	Organização Internacional do Trabalho
PGR	-	Procuradoria Geral da República
PGTA	-	Plano de gestão territorial e ambiental
PMA	-	Polícia Militar Ambiental
PNGATI	-	Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas
PNAP	-	Plano Nacional de Áreas Protegidas
PNPCT	-	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
RIMA	-	Relatório de impactos no meio ambiente
SESAI	-	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SIG	-	Sistema de informações geográficas
TI	-	Terra indígena

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	<b>17</b>
2.1	OBJETIVO GERAL.....	17
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	17
<b>3</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>18</b>
3.1	TERRAS INDÍGENAS COMO ÁREA PROTEGIDA.....	19
3.2	COMUNIDADES TRADICIONAIS E PERCEPÇÃO AMBIENTAL .....	20
3.3	MAPEAMENTO PARTICIPATIVO .....	21
3.4	CARACTERÍSTICAS ÉTNICAS E TERRITORIALIDADE.....	23
3.4.1	Sistema produtivo .....	23
3.4.2	Território .....	24
3.5	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E CONFLITOS .....	25
3.5.1	A teoria do marco temporal. ....	26
<b>4</b>	<b>MATERIAL E MÉTODOS</b> .....	<b>28</b>
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO .....	28
4.1.1	Localização das terras indígenas .....	28
4.2	OBTENÇÃO E ANÁLISE DE DADOS .....	30
4.2.1	Metodologia para o desenvolvimento das atividades .....	30
4.3	ELABORAÇÃO DOS PGTAS .....	31
4.4	PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL DE TERRAS INDÍGENAS GUARANI NO NORTE E NORDESTE DE SANTA CATARINA .....	32
4.4.1	Mapeamento coletivo das terras indígenas .....	32
4.5	AÇÕES PLANEJADAS.....	33
4.5.1	Proteção territorial e dos recursos naturais .....	33
4.5.2	Uso sustentável dos recursos naturais e iniciativas produtivas .....	34
4.5.3	Capacitação, formação e educação ambiental.....	34
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>36</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>37</b>
6.1	RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	37
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>38</b>
	<b>ANEXO 1 – MAPA DE VULNERABILIDADES</b> .....	<b>43</b>
	<b>ANEXO 2 – PLANO DE MANEJO AMBIENTAL DOS ACAIPI</b> .....	<b>44</b>

<b>ANEXO 3 – ETNOMAPA DA TI PINDOTY .....</b>	<b>45</b>
<b>ANEXO 4 – ETNOMAPA DA TI PINDOTY- GLEBA CONQUISTA .....</b>	<b>46</b>
<b>ANEXO 5 – ETNOMAPA DA TERRA INDÍGENA PIRAI .....</b>	<b>47</b>
<b>ANEXO 6 – ETNOMAPA DA TI TARUMÃ.....</b>	<b>48</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A proteção das terras indígenas vem enfrentando inúmeros desafios jurídicos e institucionais para sua devida concretização. Por um lado, há desafios históricos e culturais. Isso porque, historicamente, a política de Estado tinha como principal fundamento a ideia de assimilação e aculturação dos povos indígenas, com o objetivo de integrá-los à sociedade nacional. Por outro lado, há desafios jurídico-institucionais decorrentes da própria estrutura administrativa e do ordenamento jurídico vigente no país, embora a política indigenista seja uma política de Estado.

A Constituição Federal de 1988 em seu capítulo VIII - dos índios, através dos artigos 231 e 232, as terras indígenas (TIs) são áreas que necessitam de proteção especial e diferenciada, visando assegurar o direito à diferença e usufruto exclusivo dos indígenas sobre os recursos naturais nelas existentes ou a elas relacionados, necessários para a reprodução social e cultural destes povos (BRASIL, 1988).

De acordo com as normativas internacionais dos direitos humanos, é dever dos Estados reconhecer as aspirações desses grupos a suas instituições e formas de vida específicas, bem como garantir seu desenvolvimento econômico e fortalecer suas identidades, línguas e religiosidades (VILHENA, 2001).

À medida que diferentes segmentos políticos se alternam no Estado pode-se observar avanços e retrocessos nos processos de regularização fundiária, proteção das terras e garantia dos direitos originários das populações indígenas.

Diante da estrutura e dinâmica do sistema político-partidário, verifica-se o difícil acesso dos indígenas aos processos decisórios que afetam os seus direitos constitucionais; o que não ocorre com os agentes estatais e os do mercado.

Em 2002, a ratificação pelo governo brasileiro da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1989) reza que as leis, valores, costumes e perspectivas dos povos originários vêm, frequentemente, sofrendo desgastes de difícil reparação. É nesse contexto de ameaça e obstáculos à garantia dos direitos territoriais indígenas que surge a política nacional de gestão ambiental e territorial das terras indígenas (PNGATI), fruto da “política dos índios”, da demanda do movimento indígena por uma política pública nacional, articulada e integrada, construída com a participação e o protagonismo dos povos indígenas valorizando as formas próprias de gestão de seus territórios.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

Verificar a efetividade dos planos de gestão ambiental e territorial (PGTAs) à luz da PNGATI e apresentar os etnomapas das terras indígenas M'bya Guarani localizadas no norte/nordeste do estado de Santa Catarina.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Quantificar as ações planejadas, executadas nas terras Piraí, Pindoty e Tarumã.
- Verificar quais foram as metas e quais os resultados foram efetivamente obtidos tendo como critério orientador as demandas das comunidades indígenas e da atividade laboral como servidor (coordenador técnico) na Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

Considerando a finalidade da FUNAI e as atribuições regimentais de suas Coordenações Técnicas Locais, portaria nº 1.733/Pres., de 27 de Dezembro de 2012 (BRASIL, 2012a) e especificamente as disposições finais do decreto nº 7.747, de junho de 2012 (BRASIL, 2012b)

Art. 12. A PNGATI será implementada por meio de programas e ações previstos no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e nos orçamentos anuais, e por meio de outras iniciativas e parcerias.

[...]

Art. 13. As despesas com a execução das ações da PNGATI ocorrerão à conta de dotações orçamentárias consignadas anualmente aos órgãos e entidades responsáveis por sua implementação, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

O desfavorável panorama político-econômico nacional e a situação de desmonte, sucateamento e a falta de servidores pelo qual a instituição oficial indigenista vem passando. E o fato de que as comunidades indígenas Guarani M'bya da região, além de não terem sido selecionadas para participar do curso de formação em PNGATI, também não foram contempladas nos programas e ações previstos no plano plurianual nem nas diretrizes e orçamentos anuais (FUNAI, 2014).

A alternativa e estratégia adotada foi a de utilizar parcerias com instituições que, além de dispor de recurso pessoal e financeiro próprio, já interagem com as comunidades indígenas em decorrência de outras políticas públicas e licenciamentos ambientais na microrregião norte e nordeste de Santa Catarina. (FUNAI, 2013). A coordenação técnica de Joinville-SC, juntamente com as lideranças indígenas, articulou o desenvolvimento de ações visando implantar a PNGATI de acordo com suas ferramentas de gestão e de seus eixos temáticos (FUNAI, 2015).

De acordo com o art. 2º da PNGATI, as ferramentas para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas são o etnomapeamento e o etnozoneamento

Os etnomapeamentos e etnozoneamentos são duas ferramentas que têm fornecido bases de diálogo para a elaboração de outro instrumento muito importante para a gestão das terras indígenas, que consiste nos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs).

O art. 2º traz um parágrafo único que define o que se entende por cada uma dessas ferramentas:

Etnomapeamento: mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas; e

Etnozoneamento instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento.

Os PGTA são incorporados como importantes instrumentos de implementação da PNGATI, e visam a valorização do patrimônio material e imaterial indígena, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais,

Eixos temáticos da PNGATI

Art. 4º Os objetivos específicos da PNGATI, estruturados em eixos, são:

I - eixo 1 - proteção territorial e dos recursos naturais

II - eixo 2 - governança e participação indígena:

III - eixo 3 - áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas

IV - eixo 4 - prevenção e recuperação de danos ambientais

V - eixo 5 - uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas

VI - eixo 6 - propriedade intelectual e patrimônio genético

VII - eixo 7 - capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental

### 3.1 TERRAS INDÍGENAS COMO ÁREA PROTEGIDA

O indigenismo e a proteção ambiental revelam elementos bastante complexos. As terras indígenas no Brasil são consideradas como áreas protegidas ou espaços territoriais especialmente protegidos, utilizando a linguagem constitucional, art. 225 da CF/88. Essas terras fazem parte do Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). Conforme quantitativo, fase processual e superfície em hectares (ha) demonstrados na Tabela 1.

TABELA 1 – TERRAS INDÍGENAS E FASES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

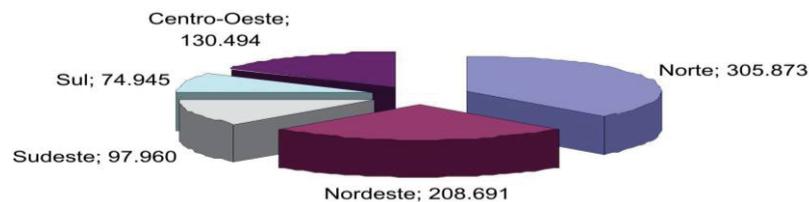
Fase do processo	Qtde	Superfície(ha)
Delimitada	43	2.183.990,4500
Declarada	75	7.612.681,3759
Homologada	9	334.546,3127
Regularizada	440	106.936.192,6108
<b>Total</b>	<b>567</b>	<b>117.067.410,7494</b>
Em estudo	115	0,0000
Portaria de interdição	6	1.080.740,0000

FONTE: FUNAI (2019)

O censo demográfico 2010 contabilizou a população indígena com base nas pessoas que se declararam indígenas no quesito cor ou raça e para os residentes

em terras indígenas que não se declararam, mas se consideraram indígenas. O censo 2010 revelou que, das 896 mil pessoas que se declaravam ou se consideravam indígenas, 572 mil (63,8%) viviam na área rural e 517 mil (57,5%) moravam em terras indígenas oficialmente reconhecidas (Figura 1).

FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO INDÍGENA



Fonte: IBGE (2010)

Com relação as 274 línguas faladas, o censo demonstrou que cerca de 17,5% da população indígena não fala a língua portuguesa (FUNAI, 2019).

### 3.2 COMUNIDADES TRADICIONAIS E PERCEPÇÃO AMBIENTAL

A percepção ambiental de comunidades tradicionais vem sendo utilizada em muitas pesquisas. Essas comunidades tradicionais e suas percepções foram instituídas por meio do Decreto n° 6.040, de 7 de fevereiro de 2017, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e foram criadas em um contexto de busca de reconhecimento e preservação de outras formas de organização social por parte do Estado. São denominadas comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2017).

A elaboração de mapas de cunho participativo iniciou-se nas décadas de 1950 e 1960, no Canadá e no Alasca através do pioneirismo dos geógrafos que elaboravam mapas com o objetivo de lutar pelas terras dos povos nativos e

indígenas canadenses, contribuindo para a negociação dos direitos indígenas. Nesse período, não há registros de outros mapeamentos de cunho participativo (CHAPIN; LAMB; THRELKELD, 2005).

### 3.3 MAPEAMENTO PARTICIPATIVO

Em 1980, surgiu um maior interesse por mapeamento participativo para diversas finalidades, com a integração de geógrafos, antropólogos, povos indígenas, ambientalistas acerca de levantamentos ambientais, trabalhos de reconhecimento de terras indígenas, projetos de educação indígena com enfoque na gestão ambiental e territorial (CORREIA, 2007)

Sendo assim, foram aliados métodos de pesquisa participativa e tecnologias como os Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), os Global Position Systems (GPS) e o sensoriamento remoto para a elaboração de mapas, denominado mapeamento participativo ou etnomapas. Contudo, geralmente, esses materiais são pouco divulgados devido a não publicação dos trabalhos, mas são importantes por apresentarem informações sobre subsistência, recursos naturais, dentre outros aspectos (CORREIA, 2007). No Canadá e Alasca, por exemplo, onde surgiram os primeiros trabalhos, os termos mais comuns são “estudos dos usos da terra e conhecimento tradicional da terra”, “estudos do uso tradicional da terra”, “estudos do uso tradicional e da ocupação da terra”, estudos do uso e ocupação da terra de aborígenes”, “mapas de subsistência” e “mapas de subsistência e do uso de recursos” (CHAPIN; LAMB; THRELKELD, 2005). No Brasil, alguns mapeamentos participativos passaram a ser desenvolvidos a partir da década de 1990. Muitos deles promovidos por organizações não governamentais (ONGs), em consonância a organizações indígenas, sendo que, alguns desses mapeamentos também foram auxiliados por agências de cooperação internacional, instituições de pesquisa, governo federal ou estadual no país. No país, destacam-se os termos “levantamentos etnoecológicos”, “mapeamento etnoambiental dos povos indígenas”, “mapeamento comunitário participativo”, “etnomapeamento”, “etnozoneamento”, “macrozoneamento participativo”, “diagnóstico etnoambiental”, “mapeamentos culturais”, dentre outros (CORREIA, 2007).

Nesse contexto, o mapeamento participativo surgiu nas últimas décadas como uma ferramenta de cunho popular para auxiliar a demarcação e defesa de territórios (SLETTTO; BRYAN; TORRADO; HALE; BARRY, 2013).

Segundo os mesmos autores, apesar do mapeamento ser utilizado historicamente como uma ferramenta própria das autoridades estaduais para propagar seu alcance e monitorar territórios e recursos, atualmente um acesso difuso às ferramentas de mapeamento testam esse monopólio dos "direitos de utilização". Com a apropriação das tecnologias de mapeamento participativo, as comunidades ganham força para estabelecer novas relações com o Estado, reivindicando direitos sobre a terra e recursos que foram desconsiderados com o tempo. O mapeamento participativo é um método, que associa o conhecimento tradicional ao conhecimento científico. Desta forma, há sistematização de dados, informações a partir da ótica de grupos sociais, que muitas vezes, não tiveram oportunidade de expressar, de forma ampla, seus conhecimentos em relação às áreas em que vivem (BAVARESCO,2007).

Para Poole o mapeamento participativo é insuficiente para a garantia dos direitos territoriais e manejo dos recursos naturais (POOLE, 1995). Tal pressuposto se aplica às TIs Pindoty, Tarumã e Piraí onde devido à pressão político - econômica no entorno dessas áreas ocorre a demanda com relação à presença constante de agentes públicos de fiscalização e monitoramento; conforme mapa de vulnerabilidades das TIs (ANEXO 01). Uma outra observação crítica a respeito do mapeamento participativo é oriunda de Chapin; Lamb; Threlkeld visto que para eles, muitos pesquisadores acreditam que os mapas não possibilitem compatibilidade entre pensamento tradicional e tecnologias ligadas ao espaço, atribuindo ao sistema de informações geográficas (SIG) a capacidade de arquivar e utilizar o conhecimento tradicional. Fato observado durante a execução dos PGTA's nas TIs Norte/nordeste de Santa Catarina. Pois os M'bya são um povo xamânico, possuem relações cosmológicas com o ambiente natural e sua forma de manejo tradicional tende para uma "dimensão do segredo", ou seja, registra-se apenas o que eles permitem (FUNAI, 2016). A comparação sistemática de dados arqueológicos, históricos, etnológicos, linguísticos e botânico, mostra a cultura material produzida pelo ñande reko, traduzido como o "nosso modo de ser", o ethos cultural que balizava as práticas guarani. Ele define a identidade e a estratégia de conectar os

grupos locais em redes regionais de relações políticas, sociais e econômicas (MELIÀ; GRÜNBERG; GRÜNBERG, 1976).

Pode ser traduzido como o sistema de transmissão de conhecimentos através de práticas educativas de uma geração à outra, de uma pessoa à outra no grupo doméstico e na comunidade local, para manter a continuidade e a regularidade das práticas, dos vocabulários, da taxonomia e da produção da cultura material (NOELLI, 1994). Exemplo disso pode ser constatado em outros povos tradicionais, como o “Plan de manejo ambiental dos Acaipi – recorrido de las anacondas ancestrales (2014)” (ANEXO 2).

### 3.4 CARACTERÍSTICAS ÉTNICAS E TERRITORIALIDADE.

A partir do século XX, os estudos etnográficos permitiram maior conhecimento sobre as especificidades linguísticas, religiosas, políticas e culturais material guarani, o que definiu as bases para as classificações dos subgrupos. Os centros de origem e a forma de dispersão foram os critérios considerados para as definições dos grupos, uma vez que aponta uma diferença explícita e vivenciada pelos próprios índios. (LADEIRA, 1992). Os Guarani que vivem no litoral, junto a Mata Atlântica, identificam-se como M'bya (LADEIRA, 2001). No Brasil essa etnia encontra-se em aldeias situadas no interior e no litoral dos estados do sul – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e no sudeste, em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. O aumento demográfico dos M'bya em determinadas regiões consiste também no deslocamento das famílias, seja pela busca de uma “terra sem males”, como por sua organização sociopolítica (LADEIRA, 2003).

#### 3.4.1 Sistema produtivo

Para os Guarani a agricultura é a atividade estrutural da vida comunitária. O significado da agricultura para a etnia M'bya se encontra na sua própria possibilidade de realização e no que isso implica; organização interna, reciprocidade, intercâmbios de sementes e espécies, experimentos, rituais, renovação dos ciclos. A agricultura então, faz parte de um sistema mais amplo que envolve mais aspectos da organização social e princípios éticos e simbólicos

fundamentados, mas na dinâmica temporal e renovação dos ciclos, do que na quantidade e disponibilidade de alimento para consumo (LADEIRA, 2001).

Pode-se dizer que os M'bya não vivem da agricultura, porém não vivem sem ela. Os Guarani possuem cultivos de grande variedade de milho e outros grãos, tubérculos, plantam frutíferas e espécie utilizadas como remédios ao redor das casas, coletam frutos silvestres e material (pau, cipós, taquara, palhas etc.) para confecção de artesanato, armadilhas e casas (LADEIRA, 2003).

A atividade de caça, apesar de sua importância social e cultural, vem diminuindo em razão da fragmentação das áreas de mata e de outros agentes de pressão da fauna da Mata Atlântica (LADEIRA, 2001). O artesanato é uma atividade que foi incorporada pelos Guarani, sendo responsabilidade da família participar de todo processo de realização (coleta, corte, qualidade, confecção, guarda, preço e venda). De um modo geral, os Guarani-M'bya poucas vezes trabalham fora da comunidade e quando o fazem é sempre de forma temporária. Sendo assim, o comércio do artesanato é ainda a principal fonte de renda tradicional (LADEIRA, 2001).

#### 3.4.2 Território

Os Guarani-M'bya mantém a configuração do seu "território tradicional" denominado Yvyrupa, através de suas inúmeras aldeias distribuídas em vasta regiões do Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil. O domínio de seu território se afirma no fato de que suas relações de reciprocidade não se encerram exclusivamente nem em suas aldeias, nem em complexos geográficos comuns, e o domínio de um amplo território acontece através das dinâmicas sociais, econômicas, políticas e de movimentos migratórios realizados ainda hoje, sobretudo, por famílias do subgrupo M'bya (LADEIRA, 1997).

Os índios Guarani M'bya do litoral procuram fundar suas aldeias com base nos preceitos míticos que fundamentam especialmente a sua relação com a Mata Atlântica, na qual, simbólica ou praticamente, condicionam a sua sobrevivência. Formar aldeias na mata significa estar mais perto do mundo celestial, ou da terra sem mal, objetivo histórico perpetuado pelos M'bya através de seus mitos (LADEIRA, 1992, 1997).

No mapa digital guarani: <https://guarani.map.as/#/>, elaborado por meio de um convênio firmado entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Centro de Trabalhos Indigenistas (CTI) e Comissão Guarani yvyrupa (CGY) pode-se entender mais detalhadamente a territorialidade m'bya (IPHAN; CTI; CGY, 2014). Numa leitura de ecologia histórica, a ocupação guarani de áreas ecológicas imprescindíveis para sua existência configurou-se como forma de ocupação antrópica responsável pela conservação e aumento da taxa de biodiversidade dos ecossistemas florestais, como ocorreu nos Estados de Santa Catarina e do Paraná, no período entre os séculos XVI e XX (DARELLA, 2004).

### 3.5 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E CONFLITOS

Embora os procedimentos administrativos oficiais vigentes não deem conta da complexidade da situação fundiária das terras ocupadas pelos guarani, a partir de 1980 o reconhecimento oficial e a demarcação das aldeias guarani tornou-se urgente, devido ao crescimento de projetos imobiliários e turísticos, decorrentes da construção da rodovia Rio-Santos e de estradas adjacentes. Posteriormente, pressões ambientais e ocupações desordenadas decorrentes de projetos de desenvolvimento (saneamento, abastecimento, estradas e rodovias, como a duplicação da rodovia BR 101, na região sul) exigiram maiores articulações dos Guarani e seus aliados, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul (CARVALHO, 2014). O processo de regularização fundiária no litoral norte de Santa Catarina teve início em 1996, quando foi constatado pelo Departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente (DEPIMA), que o EIA/RIMA da duplicação da BR 101, trecho Garuva - Palhoça, não abordava a questão indígena de modo satisfatório (CARVALHO, 2014). Desse contexto, formou-se um grupo técnico (GT) para levantamento da situação fundiária dos M'byas de Santa Catarina que conclui pela eleição de três Terras Indígenas: Piraí, Pindoty e Tarumã em 1998 (CARVALHO, 2014).

O relatório técnico circunstanciado desse estudo demonstrou que tanto o sul quanto o litoral de sudeste do Brasil podem ser considerados parte do território histórico dos Guarani. As TIs Tarumã e Piraí são algumas das ocupações mais antigas, documentadas, da presença Guarani no litoral norte de Santa Catarina (CARVALHO, 2014). Por outro lado, proprietários de terras na região de Araquari que estão perdendo parte das suas posses por conta da demarcação das terras

indígenas, não se conformam com a situação e tentam impedir que as demarcações dessas terras sejam concluídas (GOMES, 2014). Estudos antropológicos foram requisitados em juízo pela ASPI (Associação de proprietários e interessados em imóveis em Araquari) a fim de provar que não se trata de terras indígenas tradicionais, valendo-se da teoria do marco temporal. Porém o laudo pericial apontou a territorialidade tradicional (LAUDO PERICIAL, 2014). Um grupo de cerca de 300 donos de terras, entraram com ações judiciais contra a demarcação das TIs no ano de 2010, e o Ministério da Justiça suspendeu as Portarias Declaratórias das Terras Indígenas M'bya Guarani Pirai, Tarumã e Pindoty, nos municípios de Araquari, Barra do Sul e São Francisco do Sul, no norte de Santa Catarina. Embora atualmente as portarias declaratórias estejam vigentes. Todo este processo afetou as relações de contato com a sociedade envolvente, moradores nos municípios da região.

### 3.5.1 A teoria do marco temporal.

Marco temporal e a reinvenção das formas de violação dos direitos indígenas. A teoria do "marco temporal", que vem sendo aplicada para anular demarcações de TIs no judiciário, mantém o histórico processo de violência e negação dos direitos territoriais indígenas – agora por meio de uma interpretação restritiva da Constituição, que legitima essas mesmas violências (BATISTA; GUETTA, 2016).

A tese do marco temporal foi mencionada pelo STF no julgamento do caso Raposa Serra do Sol (PET 3.388/RR). Pelo entendimento, a condição para a demarcação da terra é que os indígenas estivessem ocupando o local na época da promulgação da Constituição de 1988 ou que ficasse comprovado o “esbulho renitente” (remoção forçada da área, com resistência persistente dos indígenas) (PGR, 2019). A partir desse julgamento, inúmeras ações foram propostas na Justiça para invalidar processos de demarcação de terras, com base na aplicação automática dessas condicionantes, o que “tem gerado grande instabilidade jurídica e social”. Daí a importância de se fixar nova tese em caráter de repercussão geral, defende a PGR (BATISTA; GUETTA, 2016).

Cabe aqui ressaltar os artigos 231 e 232 como cláusulas pétreas da constituição de 1988 no que tange aos direitos indígenas.

O artigo 231 da Constituição traz o conceito normativo-jurídico de Terra Indígena e ainda reconhece a cultura, as tradições, as crenças e a organização social dos indígenas, algo inédito nas constituições brasileiras. No seu caput, pode-se verificar isso, o qual afirma expressamente: São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1998)

O artigo 232, concedeu aos indígenas o direito de ser parte em um processo e de poder atuar processualmente no mesmo, de forma legítima, conforme se pode verificar: os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo (BRASIL, 1988).

## 4 MATERIAL E MÉTODOS

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

#### 4.1.1 Localização das terras indígenas

As TIs Pindoty (Glebas Pindoty e Pindoty Conquista), Tarumã e Piraí estão localizadas na área de abrangência do bioma Mata Atlântica na região norte do estado de Santa Catarina, a maior parte delas nos municípios de Araquari e Barra do Sul. Formam um complexo descontínuo de terras habitadas pelos Guarani, nas quais estão distribuídas 9 aldeias conforme estudos e relatórios elaborados e estudos realizados pela coordenação geral de geoprocessamento da FUNAI (CGGEO) no ano de 2014 (FIGURA 2).

A TI Pindoty distribui-se em duas glebas descontínuas totalizando 3.294 hectares. A maior porção é denominada por Gleba Pindoty, mede 2.278 hectares e possui, aproximadamente, 32 km de perímetro e está localizada entre as coordenadas 26° 23' 17,2" e 26° 27' 25,1" latitude sul e 48° 40' 16,3" e 48° 44' 31,1" longitude oeste. Há atualmente três aldeias estabelecidas: Jabuticabeira, Pindoty e Ivapuru. A menor porção, denominada por Gleba Conquista (denominação referente ao nome do bairro em que se localiza), possui superfície de 1.016 hectares e 15 km de perímetro, localizada entre as latitudes 26° 22' 15,9" e 26° 24" 30,5" sul e longitudes 48°37' 35,1" e 26° 24" 30,5" oeste. Nesta, há três aldeias: Jataity (Conquista), Yrembé e Pacurity, atualmente sob a liderança da cacica Arminda. Habitam as duas glebas em torno de 147 membros do grupo (FUNAI, 2014).

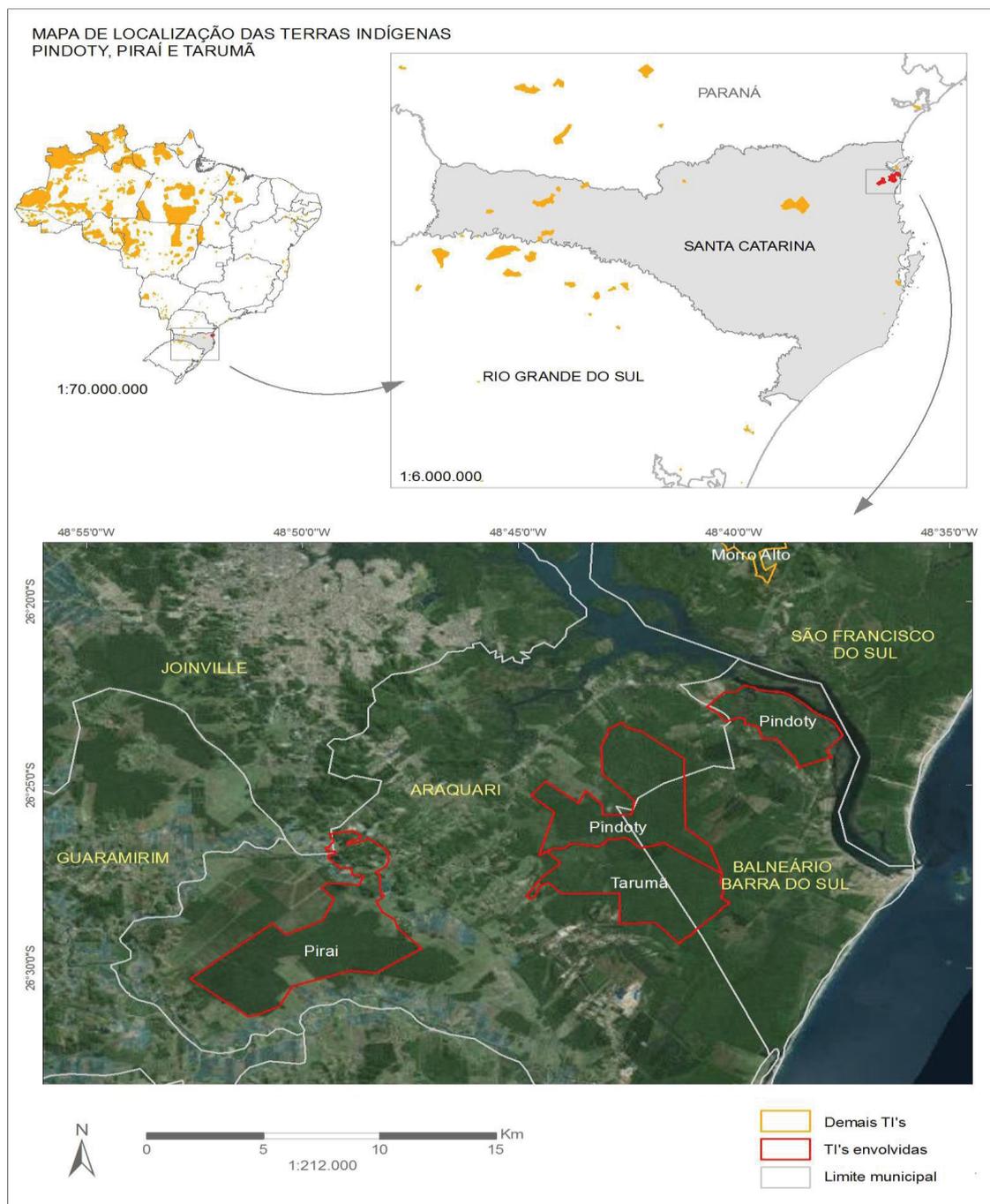
A TI Tarumã, contígua à TI Pindoty separadas pelo Rio Una (limite norte), possui superfície de 2.172 hectares e perímetro de aproximadamente 24 km, localizada entre as coordenadas 26° 26' 34,0" e 26° 29' 19,3" latitude sul e 48° 40' 16,3" e 48° 44' 49,4" longitude oeste. Há duas aldeias, que são habitadas por dois núcleos familiares distintos: Tarumã e Tarumã Mirim, totalizando aproximadamente 40 habitantes (FUNAI, 2014).

A TI Piraí se localiza quase na sua totalidade no município de Araquari, tendo pequena porção à noroeste no município de Joinville. Possui 3.017 hectares de superfície e 35 km de extensão. Está localizada entre as coordenadas 26°/26'/14,9" a 26°/31'/18,6" de latitude sul e 48°/47'/14,1" a 48°/52'/36,9" de

longitude oeste. Atualmente há uma aldeia com o mesmo nome da TI (Pirai) onde residem aproximadamente 78 habitantes, sob a liderança do cacique Ronaldo Costa (FUNAI, 2014).

A Figura 2 apresenta as terras indígenas, objeto do presente estudo, demarcadas fisicamente no ano de 2014.

FIGURA 2 – MAPA COM LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS



FONTE: FUNAI (2014)

## 4.2 OBTENÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

### 4.2.1 Metodologia para o desenvolvimento das atividades

Sistematizada de acordo com as etapas previstas no plano de gestão territorial e ambiental de terras indígenas: orientações para elaboração- Brasília: FUNAI, 2013 (Brasil, 2013).

Conforme as seguintes etapas:

**Sensibilização e mobilização:** Realiza-se o trabalho de sensibilização do grupo indígena quanto a proposta de construção de um PGTA, abordando qual seria o seu objetivo, seus principais usos, o processo de construção e execução e o interesse do grupo em sua construção e implementação. Ressalta-se como princípio, que deve partir de uma demanda já existente na Terra Indígena. Conjuntamente propõe-se iniciar a mobilização e identificação de atores e representantes indígenas responsáveis pela atuação em todo o processo de construção e execução do PGTA.

**Diagnóstico:** Prevê-se a ampla realização de diagnósticos dentre os quais destacam-se duas principais modalidades: Diagnóstico participativo - levantamento e análise de informações dos territórios indígenas a partir do diálogo intercultural, considerando o contexto histórico, político, sociocultural, econômico e ambiental

e etnomapeamento - ferramenta de diagnóstico que consiste nas formas de representação espacial do território de acordo com a classificação indígena do espaço e de seus elementos característicos.

**Planejamento:** Esta etapa prevê o planejamento e priorização de ações e projetos voltados à resolução de problemas ou desenvolvimento de potencialidades identificados na etapa de diagnóstico. Prevê-se a construção de ações e acordos (internos e externos), considerando-se as especificidades locais e grupos étnicos da Terra Indígena. O processo de negociação interna no âmbito dos planos de gestão deve ser de responsabilidade das organizações indígenas locais e poderá contar com o apoio das instituições públicas quando solicitado. Um dos instrumentos utilizados nesta etapa (mas não de caráter obrigatório) é o etnozoneamento – ferramenta de ordenamento e planejamento indígena a partir de suas categorias de classificação e uso do território, considerando as prioridades de cada povo.

Execução: Nesta etapa, prevê-se a execução e implementação das ações planejadas na etapa anterior tanto no âmbito dos acordos internos dos grupos indígenas, quanto em relação aos acordos com demais atores e parceiros envolvidos. É importante destacar novamente que os PGTAs podem ser considerados como um subsídio técnico de coordenação e articulação das políticas públicas voltadas aos povos indígenas.

Monitoramento e avaliação : Esta etapa deve ocorrer simultaneamente a todas as outras, com o objetivo de que todo o processo seja constantemente avaliado e aprimorado pelos grupos indígenas e demais partes envolvidas.

Realizadas sob a ótica de três eixos temáticos da PNGATI, compreendidas aqui como etapas de efetivação dos PGTAS nas terras indígenas em estudo: proteção territorial e dos recursos naturais, uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas, capacitação, formação e educação ambiental.

#### 4.3 ELABORAÇÃO DOS PGTAS

Teve início em junho de 2016 com uma grande reunião junto as lideranças e demais membros da comunidades indígenas na opy (casa de rezas) da Aldeia Piraí. Momento em que foi definido que as prioridades seriam: a elaboração do mapeamento das TIs, o uso sustentável do ambiente, a proteção e vigilância do território guarani. Conjuntamente propõe-se iniciar a mobilização e identificação de atores e representantes indígenas responsáveis pela atuação em todo o processo de construção e execução do PGTA. Trata-se de uma proposta baseada no diálogo intercultural, que apenas se realiza enquanto política pública com o pleno envolvimento e concordância dos povos interessados (MENDES, 2002).

Diante dessas considerações, o escopo teórico metodológico articula a teoria antropológica com aquelas das ciências ambientais, situando a cosmologia M'bya guarani no ecossistema da região litoral norte de Santa Catarina de forma a contribuir para a harmonia entre esses universos preocupando-se com a relação entre os grupos sociais e seu ambiente, somando esforços para que as famílias que ali habitam alcancem as formas de bem viver que almejam. É importante destacar novamente que os PGTAs podem ser considerados como um subsídio técnico de coordenação e articulação das políticas públicas voltadas aos povos indígenas (FUNAI, 2013).

#### 4.4 PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL DE TERRAS INDÍGENAS GUARANI NO NORTE E NORDESTE DE SANTA CATARINA

Realizado ao longo dos oito meses de trabalho (entre 06/2016 e 02/2017) por uma equipe composta por técnicos contratados pelo centro de trabalho indigenista (CTI), pelos guarani das referidas TIs com suporte da Coordenação Técnica Local da FUNAI em Joinville-SC. Na incursão destinada à elaboração do PGTA (fevereiro de 2017) reuniu-se com os moradores das comunidades e foram recapituladas as ações pactuadas na fase de elaboração seguindo com a apresentação dos mapas coletivos produzidos e apresentação do mapa temático elaborado em SIG para fins de análise, validação e complementação.

##### 4.4.1 Mapeamento coletivo das terras indígenas

O mapeamento na TI Pindoty ocorreu em dois momentos: o primeiro nas aldeias Jabuticabeira e Yvapura (21 a 23 /09) e o segundo na Aldeia Pindoty (4/11), totalizando quatro dias. (Anexo 3)

Na TI Pindoty - gleba Conquista o mapeamento desenvolvido ao longo de três dias baseado no plano de vida tradicional e nos usos e costumes de ocupação do território de acordo com acordos internos das comunidades das aldeias Jataity e Yrembe (Anexo 4).

A elaboração de mapas coletivos na Aldeia Piraí, bem como a caminhada guiada, foi realizada entre os dias 6 e 7 de novembro de 2016. As atividades na aldeia centraram-se no espaço comunitário da casa do cacique Ronaldo Costa, com os mapeadores indígenas da referida aldeia, e contou com a colaboração de mais três participantes da aldeia Jabuticabeira (TI Pindoty). (Anexo 5)

O mapeamento na TI Tarumã ocorreu em dois momentos: em setembro, na Aldeia Tarumã, localizada às margens da BR-101 e em novembro na Tarumã Mirim, mais no interior da TI, divisa com a TI Pindoty. Delimitando-se a representação espacial do território de acordo com a classificação indígena do espaço e de seus elementos característicos. (Anexo 6).

Em seguida iniciou-se o planejamento com indicação de ações, projetos, articulações voltadas à resolução de problemas ou desenvolvimento de potencialidades identificadas. Finalizando-se com a identificação de possíveis

parceiros para cada atividade ou grupo de atividades, validando todo o processo junto da comunidade buscou-se delinear com os guarani um caminho para realizar os projetos e ideias elencados revisitadas as informações e trabalhou-se com base em quatro questões norteadoras inspirados nos aspectos levantados: “O QUÊ?”, “ONDE?” “COMO?” e “QUEM?” “O quê” existe e o que desejariam, “onde” vivem e desejariam viver, “como” fazer para realizá-los e “Quem” poderia auxiliá-los na melhoria do que existe e do que desejariam para o bem viver.

#### 4.5 AÇÕES PLANEJADAS

##### 4.5.1 Proteção territorial e dos recursos naturais

Expedições de monitoramento nas TIs: organizar equipes com as comunidades e articular com instituições parceiras (FUNAI, Polícia Militar Ambiental - PMA e Departamento de Polícia Federal- DPF) para realizar expedições nas TIs.

Capacitação de equipes de monitoramento territorial e ambiental: buscar apoio de instituições parceiras (FUNAI, Universidades, ONGS e PMA) para capacitar no mínimo dois agentes de monitoramento por aldeia visando fortalecer uma rede de proteção e monitoramento contínuo.

Acompanhamento de licenciamentos ambientais que impactam as TIs: exigir da FUNAI e órgão licenciador seriedade e rigor no processos de licenciamento ambiental, assim como realização de estudos do componente indígena (ECI) e garantir acordos realizados no âmbito da elaboração dos planos diretores dos municípios sejam cumpridos, incluindo o estabelecimento da zona de transição no entorno das TIS.

Regularização fundiária e homologação das Tis: fortalecer ações do movimento indígena voltadas para regularização fundiária e homologação das TIs. Acompanhamento dos processos de regularização juntamente com a FUNAI e Ministério Público Federal (MPF).

Reflorestamento de áreas de nascentes e beiras dos rios: elaborar projetos comunitários para a construção e manutenção de viveiros de mudas de árvores nativas e frutíferas com apoio do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão rural de Santa Catarina (EPAGRI).

Lixo nas aldeias: instalação de lixeira dentro das aldeias e realizar mutirões frequentes para coleta, descarte e encaminhamento para coleta pública.

#### 4.5.2 Uso sustentável dos recursos naturais e iniciativas produtivas

Roças e hortas: buscar parceiros para realização de feiras de trocas de sementes tradicionais. Intercambio para troca de informações sobre plantio tradicional com outras aldeias. Capacitação para preparo de adubo orgânico.

Fortalecimento do sistema de plantio agroflorestal: promover encontros entre os indígenas mais antigos e mais jovens para transmissão dos métodos tradicionais de plantio visando fortalecer o modelo de plantio agroflorestal praticado pelos guarani.

Criação de abelhas sem ferrão e animais silvestres: elaborar projetos e buscar parceiros (EPAGRI e IFSC) para instalação de caixas de abelhas sem ferrão nas TIs, aquisição de equipamentos e capacitação para manejo. Criação e reintrodução de animais silvestres para repovoamento das TIs.

Matéria prima para produção de artesanato: organizar viagens para coleta de espécies vegetais utilizadas na fabricação de artesanato. Buscar parceiras para fortalecimento da cadeia produtiva do artesanato, prospectar locais de venda e formas de valorizar e divulgar o artesanato guarani (lojas, exposições, catálogos, sites e redes sociais).

Piscicultura e construção de açude sustentável: elaborar projetos e buscar parcerias para instalação de açudes ou tanques redes com peixes nativos sem a necessidade de uso de ração. Repovoamento dos rios das TIs e capacitação para indígenas em atividades de piscicultura.

#### 4.5.3 Capacitação, formação e educação ambiental

Formação de professores indígenas: formação continuada para professores indígenas atuarem em todos os níveis de formação nas escolas indígenas. Buscar apoio e orientações junto ao MEC, secretarias municipais de educação e universidades.

Formação de guias de etnoturismo: buscar entidades parceiras para formação de guias de turísticos indígenas nas secretarias de turismo dos municípios e no Ministério do Turismo.

Capacitação de agentes indígenas para saneamento e saúde: pleitear na Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) cursos de formação em saneamento básico e agentes indígenas de saúde.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando-se a proposta inicial para implementação dos PGTAS observa-se a realização parcial das metas planejadas. As ações referentes a proteção territorial e dos recursos naturais têm sido executadas pelas instituições oficiais (FUNAI, PMA, IBAMA, MPF e DPF) algumas vezes subsidiadas por informações fornecidas pelos indígenas. Licenciamentos Ambientais têm sido acompanhados por uma equipe de indígenas com capacitação em processos de licenciamento. Os indígenas utilizam-se dos programas básicos ambientais (PBAs) para realizar algumas metas planejadas tais como: construção de viveiros de mudas com espécies nativas, capacitações de agentes ambientais indígenas, fomento às atividades produtivas (divulgação e escoamento da produção de artesanato, intercambio entre aldeias para troca de sementes).

A SESAI tem promovido capacitações de agentes de saneamento, de saúde e fornecimento de materiais para saneamento básico e coleta de resíduos descartados nas aldeias. A formação continuada de professores indígenas, vem sendo promovida pela secretaria de educação do estado e dos municípios e algumas escolas indígenas já oferecem todos os níveis de ensino de forma diferenciada. Ações de distribuição de sementes e construção de apenas um açude para piscicultura foram promovidos pela FUNAI. Todas as ações de infraestrutura, aquisição de equipamentos e reflorestamentos não foram executadas devido a não conclusão da regularização fundiária das terras indígenas. Pois a fonte de recurso financeiro para a etapa de execução, tem sido apenas os empreendimentos, que se valem da não homologação das terras como argumento para deixar de fazer. Cabe ressaltar que a equipe de consultoria para implementação dos PGTAs foi custeada por uma organização parceira das comunidades com o objetivo de apenas diagnosticar e planejar ações e possíveis parceiros e instituições para a etapa de execução, monitoramento e avaliação dos PGTAs. Ademais a FUNAI passou por um desmanche institucional provocado por forças políticas e econômicas antagônicas à política indigenista de estado. Fato que gerou cortes de recursos financeiros destinados às comunidades indígenas, bem como descontinuidades administrativas na autarquia.

Contudo o fato mais notório é a forma tradicional de ocupação e uso dos territórios conforme registrados nos etnomapeamentos das Tis.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decorridos três anos da finalização dos PGTAS verifica-se efetividade parcial pois a eficácia e qualidade de gestão sofre influência de variáveis externas às TIs e depende de instituições parceiras e da atuação do órgão indigenista oficial para execução de algumas atividades planejadas pelos indígenas.

Considerando-se que os PGTAs foram desenvolvidos com a participação de técnicos não indígenas constata-se que as metas planejadas e priorizadas pelos indígenas fazem parte de uma estratégia étnica de resistência e auto preservação adotada pelas lideranças e comunidades. Pois a preservação do ambiente das TIs é fundamental para manutenção da cultura. Os m'bya mantêm seu modo de manejo tradicional de forma independente mas vivenciam uma condição de insegurança devido a não regularização de suas terras e as vulnerabilidades provocadas pela sociedade não indígena. Tendo como questão de fundo a relação dos m'bya com o Estado nacional, que busca a submissão e integração de um povo que há séculos luta para assegurar sua autonomia, conservando seu território original e o seu manejo tradicional (nhandereko).

A PNGATI tem sido utilizada apenas como uma ferramenta balizadora para gestão ambiental das terras indígenas e vem sendo implementada de forma improvisada pois desde a sua publicação não ocorreu nenhuma ação ou planejamento por parte do Estado visando contemplar as terras indígenas do norte e nordeste de Santa Catarina.

### 6.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Estudos de valoração ambiental e projetos de serviços ambientais realizados por equipe composta de técnicos com conhecimentos multidisciplinares em ciências ambientais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. K. **Relatório antropológico: Mapa de vulnerabilidades das terras indígenas do nordeste de Santa Catarina.** Licenciamento BR 280 Joinville, SC, 2018.

BARRETTO-FILHO, H.; CORREIA, C. D. S. **Gestão ambiental e/ou territorial em terras indígenas:** subsídios para a construção da Política Nacional de Gestão em Terras Indígenas conforme Portaria Interministerial nº 276/2008. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2009.

BARROS, J. R. A percepção ambiental dos quilombolas kalunga do engenho e do vão de almas acerca do clima e do uso da água. Ateliê Geográfico, Goiânia, GO, dez. 2012.

Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/21980>>  
Acesso em: 15 jun. 2015.

BATISTA, J.P.; GUETTA, M. **O marco temporal e a reinvenção das formas de violação dos direitos indígenas.**

Disponível em:

<[https://pib.socioambiental.org/pt/O\\_marco\\_temporal\\_e\\_a\\_reinvenção\\_das\\_formas\\_de\\_violação\\_dos\\_direitos\\_indígenas](https://pib.socioambiental.org/pt/O_marco_temporal_e_a_reinvencao_das_formas_de_violacao_dos_direitos_indigenas)>

Acesso em: 12 out. 2019.

BAVARESCO, A. A. **O pjê e a Cartografia:** os mapeamentos participativos como ferramenta pedagógica no diálogo entre saberes ambientais. 2009. 128 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.  
BRASIL, 2007

BROWN, I. F. **Mapa como ferramenta para gerenciar recursos naturais:** um guia passo-a-passo para populações tradicionais fazerem mapas usando imagens de satélite. Rio Branco: Brilhograf, 1998.

BUBARELLI, L.; NUNES, O (Org.); SEVERO, J.P. (Org.) **Equipe PGTA,** 2016.

CAMPOS, L. G.; MATTOS, C. P. **Práticas de etnoconhecimento na gestão participativa do turismo sustentável na Amazônia:** Quilombo de Tapanagem (Oriximiná/PA, Brasil). Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. São Paulo, dez. 2011. Disponível em: < <http://rbtur.org.br/rbtur/article/view/457/478> > Acesso em: 10 jun. 2015.

Cartografia dos sítios sagrados, **Acaipi – recorrido de las anacondas ancestrales,** 2014. Disponível em : < [https://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/informe\\_binacional\\_cartografia\\_web](https://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/informe_binacional_cartografia_web)> Acesso em 10 Ser. 2019

CARVALHO, A. L. A. **O geoprocessamento na gestão ambiental em terras indígenas:** uma experiência com etnomapeamento junto à comissão pró-índio do Acre. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2006.

CARVALHO, M.J.A. **Resumo do relatório circunstanciado de identificação e delimitação da terra indígena Tarumã /SC.**

Disponível em: < <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa.pag30> > Acesso em: 31 jan. 2014.

CENTRO DE MONITORAMENTO REMOTO (CMR).

Disponível em: < <http://cmr.funai.gov.br/app/#/> > Acesso em: 10 Set. 2019

CENTRO DE TRABALHOS INDIGENÍSTAS (CTI) – **Planos de gestão territorial e ambiental.** Disponível em: < <https://trabalhoindigenista.org.br/acervo/biblioteca-digital> > Acesso em: 08 Mai. 2018

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA (CTI), COMISSÃO GUARANI YVYRUPA (CGY) e INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO e ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Mapa Digital Guarani:** disponível em: <https://guarani.map.as/#/> Acesso em: 14/07/2019

COORDENAÇÃO GERAL DE GEOPROCESSAMENTO DA FUNAI, CGGEO, 2014.

COORDENAÇÃO TÉCNICA LOCAL DA FUNAI EM JOINVILLE (CTL FUNAI). Banco de dados, (2010 a 2019).

CHAPIN, M.; LAMB, Z.; THRELKELD, B. **Mapping Indigenous Lands.** Annual Review of Anthropology. Vol 34:619-638 (Volume publication date 21 October 2005)

CORREIA, C. S. **Etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental:** Representações cartográficas e gestão ambiental em terras indígenas no estado do Acre. 420 f. Tese (Doutorando em Antropologia Social), Departamento de Antropologia - Dan, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO n° 169, (OIT), 1989

DARELLA, M.D.P. **Territorialidade e territorialização Guarani no litoral de Santa Catarina.** Tellus, ano 4 n. 6, 2004, p. 79-110.

Decreto n° 7.747, de junho de 2012. Brasil, 2012

Decreto Presidencial N°. 6.040/2007, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a **Política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais** em 25 de maio de 2007. Brasil, 2007

DOOLEY, R. A. **Vocabulário do guarani:** vocabulário básico do guarani contemporâneo (dialeto M'bya do Brasil). Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1982.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) **Terras indígenas/regularização fundiária.** Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> Acesso em: 02 Jun. 2019

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) **Etnozoneamento terra indígena Mamoadate**. Disponível em: < <http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/experiencias-em-gestao/etnomapeamento-dos-potiguara-da-paraiba-21> > Acesso em: 02 Jul.2019

GARLET, I. **Mobilidade M'bya: história e significação**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) PUC, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

GAVAZZI, R. A.; ALMEIDA, R. A. Etnocartografia, uma experiência com mapeamento participativo no Acre. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL CAMINHOS DA CARTOGRAFIA NA GEOGRAFIA, 2. 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Departamento de Geografia - Ffch/USP, 2010. p. 223 - 233.

GOMES, S. A. **Donos de terra de Araquari são alvo de desapropriação**. Disponível em:< <http://www.ndonline.com.br/joinville/noticias/39132-donos-de-terra-de-araquari-sao-alvo-de-desapropriacao.html> >. Acesso em: 30 jan. 2014

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Procuradoria Geral do Estado. Lei nº 15.420, de 21 de dezembro de 2010**. Disponível em: <<http://www.pge.sc.gov.br/index.php/legislacao-estadual-pge>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

HABERGER, S.; MANCILA, I. **El poder de la cartografía social em las prácticas contrhegemónicas o la cartografía social como estratégia para diagnosticar nuestro territorio**, Salamanca, Espanha, 2006.

HERRERA, J. **Cartografía social**. 2008. Disponível em: < <http://www.juanherrera.files.wordpress.com/2008/01/cartografia-social.pdf> > Acesso em 10 fev. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA, Distribuição da população indígena. Disponível em: < <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html> > Acesso em: 12 set. 2016

IRVING, M.; RODRIGUES, C. G. de O.; RABINOVICI, A.; COSTA, H. A. **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio/Núcleo de Produção Editorial Aquários, 2006.

LADEIRA, M. I. **“O caminhar sob a luz”**: o território M'bya a beira do oceano. São Paulo; PUC, 1992.199 p. (Dissertação de Mestrado).

LADEIRA, M. I. **Necessidade de novas políticas para reconhecimento do território Guarani**. (Apresentado no 49º.Congresso Internacional de Americanista, 1997)

LADEIRA, M. I. **Espaço geográfico Guarani M'bya: significado, constituição e uso**. São Paulo: USP, 2001.235 Tese (Doutorando em Antropologia)

LADEIRA, M. I. **Guarani Mbya**.2001 Disponível em: < <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-mbyainstitutosocioambiental.org> >. Acesso em: 30 jan. 2014.

**LAUDO PERICIAL ANTROPOLÓGICO** – Processo de ação comum ordinária nº 2009.72.01.05799-5 – 1ª Vara federal e JEF Cível de Joinville/Subseção Judiciária de Joinville-SC, 2014.

LIMA, L. P. N. S. **Mapas sociais: propostas e perspectivas**. Brasília: EdUNB, 2010.

MELIÀ, B.; GRÜNBERG, G.; GRÜNBERG, F.; **Los Pãi-Taviterã Etnografia do Paraguai contemporâneo**. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica “N. S. de la Asunción”, 1976.

MONTARDO, D. **Através do mbaraka: música e xamanismo Guarani**. Tese (Doutorando em Antropologia social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2000.

NELSON, N.; WRIGHT, S. **Participation and power**. In: NELSON, N.; WRIGHT, S. Power and participatory development. Theory and practice. Ed. Intermediate Technology Publications, 1995.

NOELLI, F. S. **Sem Tekoá não há Teko: em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani no delta do Jacuí-RS**. f. 376, Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

OLIVEIRA, M. G.; SUERTEGARAY, D. M. A.; PIRES, C. L. Z. Mapeamento participativo e uso do SIG: FLONA de Tefé-AM. In: XVI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO – SBSR, 2013, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: INPE, 2013.

PIMBERT, M.; PRETTY, J. N. **Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas**. In: DIEGUES, A. C. (Org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo Hucitec, 2000.

**PGR – Direito a terras indígenas independe de marco temporal.**

Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/direito-a-terras-indigenas-independe-de-marco-temporal-preestabelecido-defende-pgr-em-processo-com-repercussao-geral-reconhecida-pelo-stf>

Acesso em: 12 out, 2019.

**Plano de gestão territorial e ambiental de terras indígenas: Orientações para elaboração.** – Brasília: FUNAI, 2013.

POOLE, P. **Indigenous peoples, mapping and biodiversity conservation:**

analysis of current activities and opportunities for applying geomatics technologies.

BSP People and Forests Program Discussion Paper. Washington, D.C.: Biodiversity Support Program, 1995.

PORTARIA Nº 1.733/PRES, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012. Disponível em:

<[http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/coplam/2013/ESTATUTO/Regimento\\_Interno.pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/coplam/2013/ESTATUTO/Regimento_Interno.pdf)> Acesso em: 10 Set 2019, Brasil, 2012a.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012.** Institui a política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas – PNGATI e dá outras providências. Brasil, 2012b.

SHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani.** São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1962.

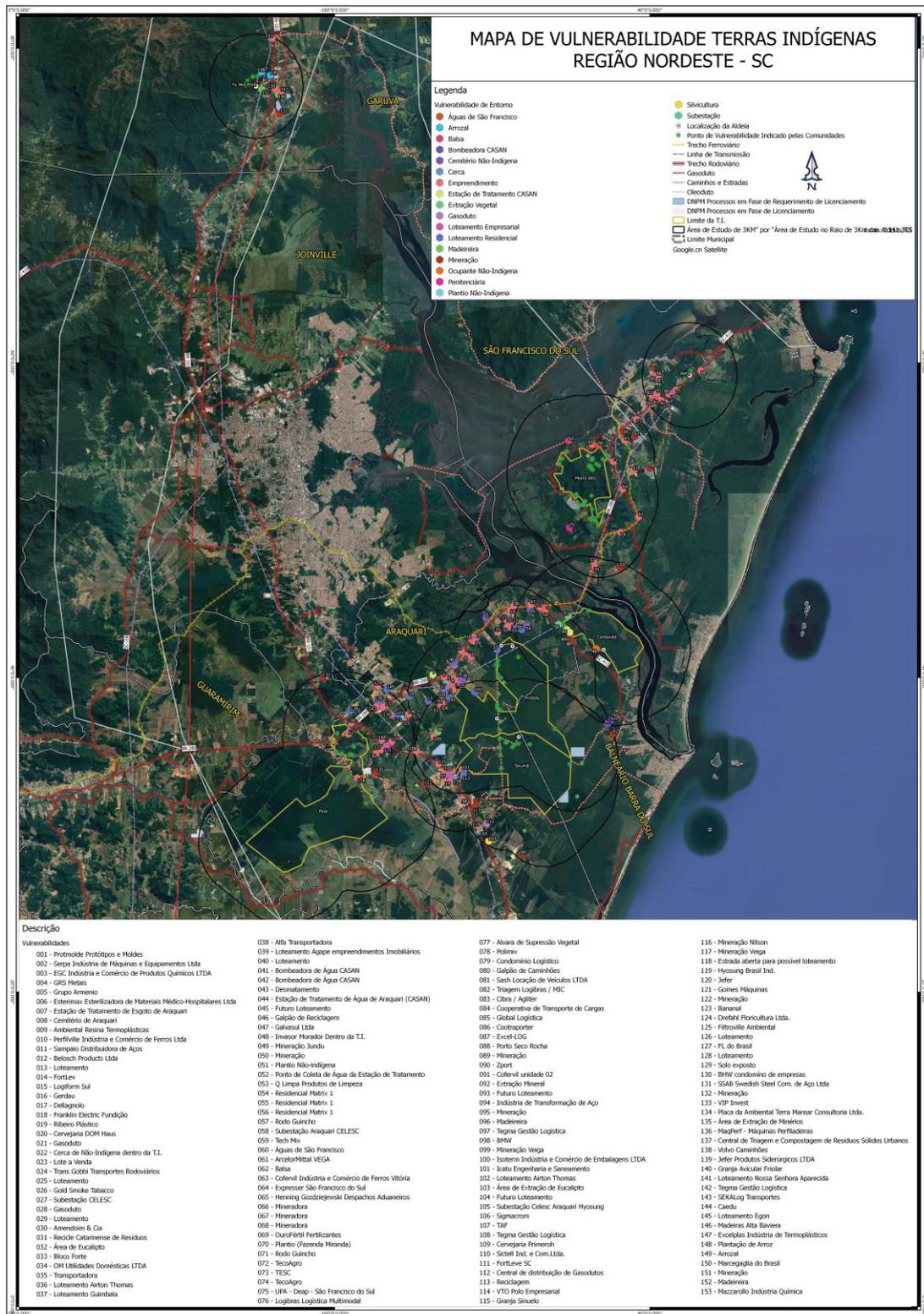
SLETTO, B.; BRYAN, J.; TORRADO, M.; HALE, C. e BARRY, D. Territorialidad, mapeo participativo y política sobre los recursos naturales: la experiencia de América Latina. **Cuadernos de geografía Revista Colombiana de Geografía,** Bogotá, jul. dez. 2013.

STOCKS, A. Mapping dreams in Nicaragua's Bosawas Reserve. Human Organization. **Journal of the Society for Applied Anthropology.** n. 62, n. 4, Winter 2003.

SOARES, M. de A. S. **A lição da borboleta:** o processo de (re) construção da etnicidade indígena na região do Alto Jacuí- RS. f.120 Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), PPGAS-UFRGS, Porto Alegre, 2001.

VILHENA, O.V., A gramática dos direitos humanos, **Boletim científico ESMPU,** Brasília, 2001.

# ANEXO 1 – MAPA DE VULNERABILIDADES



FONTE: ALMEIDA, L. K, 20

## ANEXO 2 – PLANO DE MANEJO AMBIENTAL DOS ACAIPI

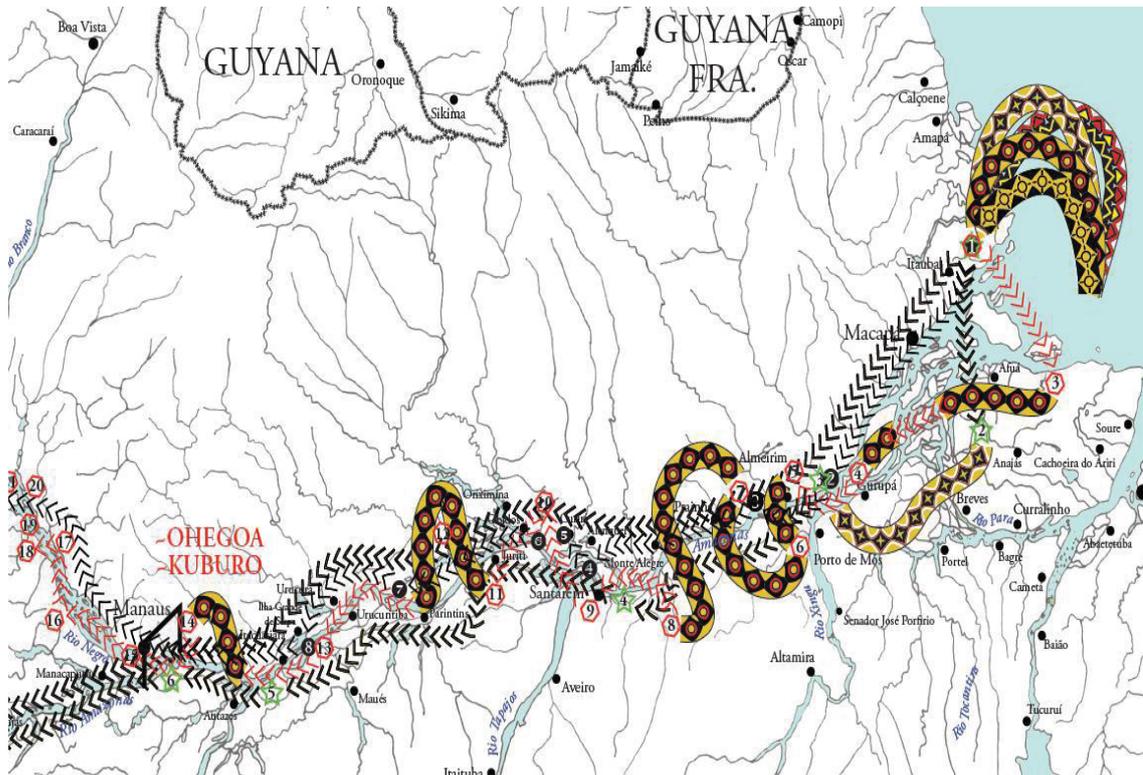
### RECORRIDO DE LAS ANACONDAS ANCESTRALES

#### Surgimiento de la Gente de Yuruparí

--*BASA HE BOKA -ABIADA -YIKIA -HIDOA HOE HEARE-*

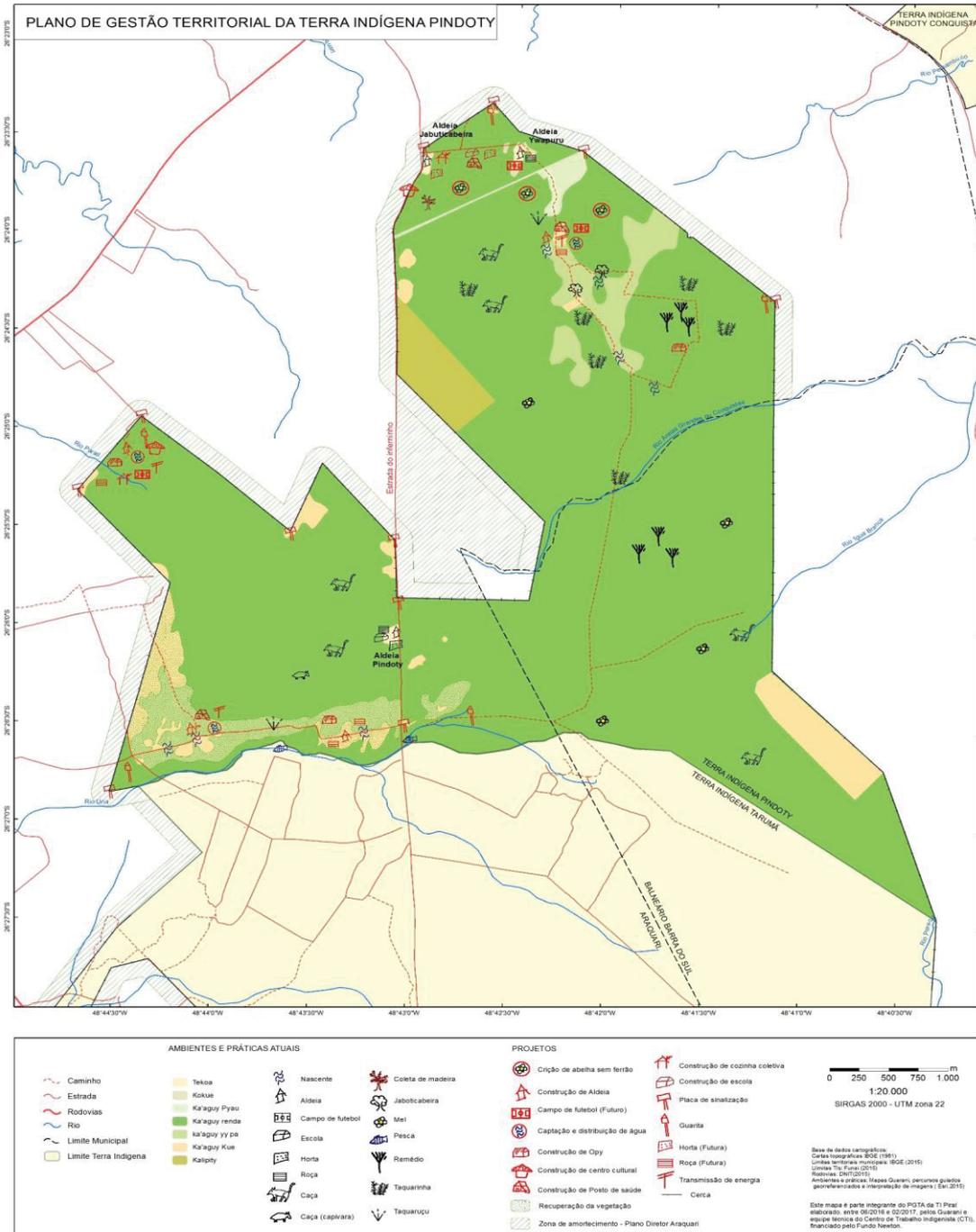
-  Anaconda Celeste *-Ibia -Hido-* (Tatuyo)
-  Anaconda Yeba *-Yebe -Hido-* (Barasana - Itana)
-  Anaconda Agua *-Ide -Hido-* (Macuna)
-  Anaconda Remedio *-Iko -Hido-* (Eduria)

Mapa creado dentro del  
Plan de Manejo Ambiental de ACAIPI  
Río Pirá Paraná. Vaupés, Colombia



FONTE: BUBARELLI, 2016

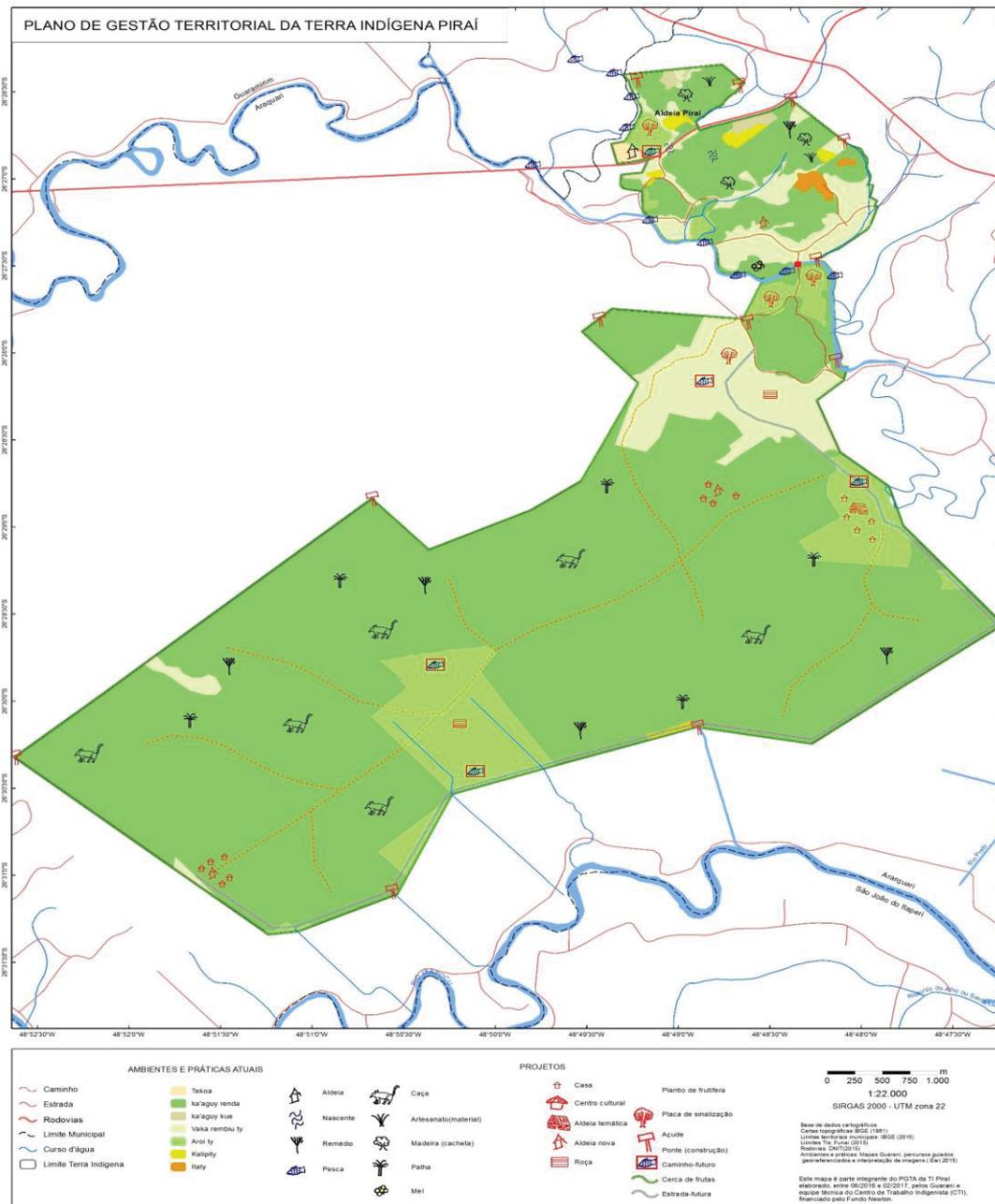
### ANEXO 3 – ETNOMAPA DA TI PINDOTY



FONTE: BUBARELLI, 2016

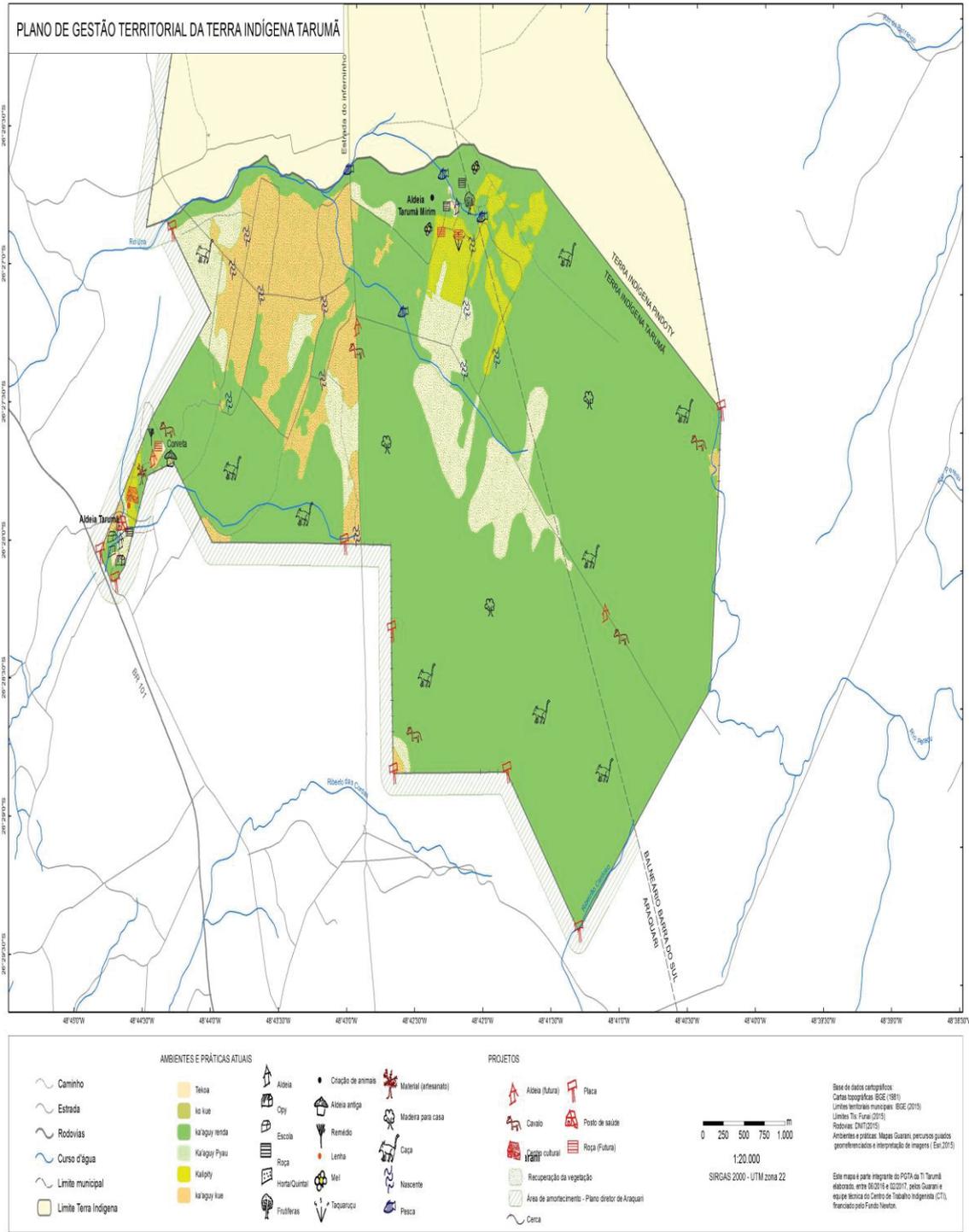


## ANEXO 5 – ETNOMAPA DA TERRA INDÍGENA PIRAIÁ



FONTE: BUBARELLI, 2016

## ANEXO 6 – ETNOMAPA DA TI TARUMÃ



FONTE: BUBARELLI, 2016